

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

TRABALHO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA E SAÚDE DO PROFESSOR¹

Silvia Alves dos Santos²
Júlia Malanchen³
Herrmann Vinícius de Oliveira Muller⁴

RESUMO

Este trabalho é resultado de estudos e pesquisa sobre a intensificação do trabalho docente na universidade pública nos últimos dez anos no Brasil. Para este artigo utilizamos parte de depoimentos extraídos de uma tese de doutorado. O objetivo foi identificar com professores de uma universidade pública paranaense sobre as condições de seu trabalho e em que medida as mudanças nos processos de trabalho, introduziram novos ritmos à sua atividade trazendo-lhes situações de adoecimentos. Os resultados mostram-nos que há uma nova tendência para a atuação do professor em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com vistas a promover o enriquecimento do currículo *lattes* com graves consequências para a saúde do professor.

Palavras-Chave: Trabalho; Trabalho Docente; Universidade; Saúde do Professor.

ABSTRACT

This work is the result of studies and research on the intensification of teaching in a public university in the last ten years in Brazil. For this article we use the testimonies taken from a doctoral thesis. The objective was to identify teachers at a public university Paraná on the conditions of their work and the extent to which changes in work processes, introducing new rhythms to their activity bringing them situations illnesses. The results show us that there is a new trend for the performance of the teacher in their teaching, research and extension, in order to promote the enrichment of the curriculum *lattes* with serious consequences for the health of the teacher.

Keywords: Work; Teaching Work; University; Health Teacher.

¹ Artigo resultante de uma tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de São Carlos no primeiro semestre de 2013, com acréscimos de novas leituras e análises para este artigo. Apoio Fundação Araucária.

² Pesquisadora. Doutora pela Universidade Federal de São Carlos. Professora no curso de Pedagogia - UENP – campus Cornélio Procópio. E-mail: sasillyn@yahoo.com.br

³ Colaboradora. Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP/Araraquara. Professora no curso de Pedagogia - UNIOESTE – campus Foz do Iguaçu . Apoio Fundação Araucária.

⁴ Colaborador. Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP/Araraquara. Professor no curso de Educação Física – UFPR.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

INTRODUÇÃO

A universidade pública acompanha, historicamente, as transformações da sociedade como uma instituição que produz e reproduz os conhecimentos acumulados pelos homens ao longo de sua existência; assim sendo, acompanha nesse movimento as contradições do processo histórico fundado no modelo de sociedade capitalista.

Diante do quadro de reestruturação do modelo capitalista, as mudanças engendradas na universidade pública, especialmente nas atividades de pesquisa, foram marcadas, em grande parte, pela adoção dos fundamentos políticos estabelecidos com a Reforma do Aparelho do Estado em 1995. Tal movimento alcançou, de modo particular, as atividades docentes, contribuindo para que a produção do conhecimento na universidade, desde a formação inicial, acompanhasse as demandas do setor produtivo industrial, reconfigurando assim o papel formativo dos cursos de graduação.

Sob a égide desse modelo de sociedade, essencialmente calcada nas relações de produção e reprodução do capital, ganha destaque a tônica da qualificação que, impõe aos professores não somente a intensificação do ritmo de realização das suas atividades na universidade, mas também o caráter da flexibilidade que induz os sujeitos a uma formação cada vez mais aligeirada e produtivista, aliada à busca pelo “melhor currículo”, com vistas a garantir *status* ou reconhecimento entre os pares.

Harvey (2007) denomina esse contexto como parte do processo de acumulação flexível. Esse processo, assentado na expansão do capital altera, de forma rápida e estrutural, os padrões de produção na sociedade, criando uma condição intensificada de trabalho pela via da flexibilização. Como resultado desse modelo de produção, há mudanças no conteúdo da formação e nas condições de trabalho dos sujeitos de modo geral e em particular dos trabalhadores na universidade pública.

Pode-se dizer que, nesse modelo de sociedade, prevalecem políticas e ações que alteram estrategicamente o modo de organização da vida e produção das pessoas. No contexto da década de 1990, consolidaram-se no Brasil, em virtude das orientações dos

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

organismos internacionais, elementos prescritivos que subsidiaram um intenso processo de reformas no país, atingindo as instituições republicanas, entre as quais, a universidade pública, cujos reflexos continuam em curso, especialmente nas práticas universitárias que requerem a captação de recursos para o desenvolvimento de pesquisas (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006).

O sentido de todas essas mudanças é claro: de um modo geral, as políticas de educação superior da quase totalidade dos países estão levando a universidade a adotar um modelo, também chamado ‘anglo-saxônico’, que a configura não mais como uma instituição social, em moldes clássicos, mas como uma organização social neoprofissional, heterônoma, operacional e empresarial/competitiva (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006, p. 43).

A efetivação desse movimento de mudanças no Brasil teve êxito na segunda metade da década de 1990, e pode-se dizer que a configuração das reformas efetivadas no âmbito da educação superior, pode ser classificada como parte de um processo maior de reestruturação do sociometabolismo do capital.

É sob esse ponto de partida que observamos que há uma nova cultura universitária sendo delineada por práticas individualizadas e competitivas, resultantes de um processo histórico e que levam professores e alunos a uma condição de sofrimento físico e psíquico decorrentes das mudanças na prática social mais ampla.

A cultura universitária contemporânea nos parece enaltecer os princípios neoliberais do individualismo, da competitividade e da eficiência como características norteadoras do revigoramento do modo de produção e organização do capitalismo que vem alterando as práticas de trabalho no ambiente universitário.

Desse modo, pretendemos neste texto mostrar como as mudanças no mundo do trabalho afetam também a rotina acadêmica, especialmente no trabalho docente. Para tanto, num primeiro momento discutiremos a configuração do trabalho do professor na denominada cultura do desempenho, que prevê a adaptação do trabalhador aos diversificados ritmos de trabalho. No segundo momento apresentamos os impactos dessa cultura na saúde do professor, tendo como consequência principal o sofrimento.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

As mudanças no cotidiano de professores, especialmente aqueles envolvidos com atividades de ensino, pesquisa e extensão mostra-nos um espaço de contradições latentes em razão da dinâmica das relações produzidas nessa instituição se constituir de um lado, um espaço de atualização histórico-cultural, através dos conhecimentos produzidos e das experiências divulgadas, e, de outro, uma tendência de predominar um modo de homogeneização para o fazer científico que descaracteriza as especificidades dos cursos de graduação, atingindo conseqüentemente o trabalho do professor, intensificando seu ritmo de trabalho e causando adoecimentos.

O trabalho do professor na cultura do desempenho

A cultura do desempenho trata-se de uma expressão revigorada no Brasil a partir da criação de instrumentos avaliadores da educação básica ao ensino superior. Essa expressão carrega em si um modo de pensar e de fazer que mostra a necessidade de desenvolver uma determinada *performance* para adequar-se às práticas e exigências do modelo de sociedade capitalista.

A cultura do desempenho ao contrário do caráter humanista e formador da educação, mobiliza os sujeitos para práticas competitivas, individualistas e, muitas vezes, alienadoras. Essa cultura do desempenho nega o espaço escolar universitário como formador. Sua natureza mostra-se alinhada à perspectiva neoliberal produtivista, que acompanha uma visão tecnocrática e gerencial do trabalho (SANTOS, 2004).

Na cultura do desempenho, os modelos sociais são estruturados a partir dos interesses do capital, que conduz aos executores por sua vez, as metas a serem alcançadas. No contexto escolar e universitário a denominada pedagogia das competências é um exemplo claro de como essa cultura infiltrou-se nos espaços educativos por excelência.

Diante da cultura do desempenho orientada pelos pressupostos neoliberais que induzem o trabalhador a um processo de intensificação do trabalho como forma de sobrevivência precisa ser compreendida como parte de um processo histórico, marcado por

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

contradições, mas também por consentimentos e adequações às políticas públicas que orientaram o trabalho docente nos últimos anos no Brasil.

Muitas instituições de ensino superior passaram, a buscar recursos no mercado por meio de parcerias para o desenvolvimento de projetos. O professor pesquisador passou a conviver gradativamente com a escassez de recursos públicos, fato que o levou, conseqüentemente, à concorrência ou a parcerias com o setor privado, representado por grandes empresas cujos produtos derivados desses projetos, ainda que indiretamente, serviriam aos interesses do capital que os financiava (OTRANTO, 2006).

Os professores passam a ser os “empreendedores” e as instalações da universidade podem ser cedidas para uso das empresas, com ônus para o Estado. As pesquisas financiadas por mecanismos previstos nesta lei, mesmo que desenvolvidas no interior das universidades, são sigilosas. Professores e alunos não podem comentar sobre elas. Isso fere a autonomia universitária como a conhecemos até hoje e como a defendemos, fundamentados no art. 207 da Constituição Federal. O professor envolvido na prestação de serviço poderá receber contribuição pecuniária, da instituição na forma de “adicional variável” ou “bolsa de estímulo à inovação” (art. 9º). Na prática, isso significa mais repasse de recursos públicos para o setor empresarial. A chamada “Lei de Inovação Tecnológica” tem que ser compreendida, portanto, no bojo das Parcerias Público-Privadas, que prevêm a aplicação de fundos federais em projetos de “interesse comum” para acelerar a incorporação de tecnologias pelas empresas (OTRANTO, 2006, p. 11).

Exemplo da abertura a esse movimento pode ser constatado na aprovação da Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que “*dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências*”. Sob essa regulamentação, o professor pesquisador passa a trabalhar como um “empreendedor” que, ao buscar parcerias com empresas públicas ou privadas, poderá receber em troca dos serviços prestados, um adicional ou uma bolsa de estímulo à produção.

Em vista disso, o campo universitário passa a viver um estado de tensão e disputas em razão das inúmeras determinações impostas à universidade, como um todo, com os processos de reestruturação da educação superior. Além das questões gerenciais, ela assume as características operacionais, o que a caracteriza como uma organização capitalista

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

que repassa aos professores e alunos as estratégias para o aumento dos índices de produtividade (CHAUÍ, 2003).

Essa nova cultura acadêmica trouxe para a universidade outra configuração institucional, cujas características, adotadas por meio de políticas oficiais praticadas no cotidiano, foram representadas por fatores como: racionalização de recursos; imposição de um modelo de avaliação com características empresariais, que se destacam no *ranking* de instituições, professores e alunos por meio do denominado produtivismo acadêmico; processos flexíveis de gestão que, por sua vez, sustentam e encaminham a diversificação da oferta do ensino superior; descentralização da gestão que passa uma ideia de participação ilusória da comunidade estudantil e docente nas decisões necessárias para esse nível; e, por fim, a privatização gradual do ensino superior que assume a proposta de comercialização desse nível de ensino, proposta presente, inclusive nas orientações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Banco Mundial (BM) (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006).
(grifo nosso)

Diante de tais características, pode-se dizer que o trabalho despendido para determinados tipos de pesquisa nas universidades públicas passa a ser remodelado de acordo com o que espera o setor produtivo industrial em relação à produção de ciência e tecnologia de ponta, que possa ser comercializada interna ou externamente.

Nessa direção, nossa preocupação assenta-se no fato de que, consolida-se na universidade uma única lógica de avaliação de cursos e da produção científica, orientada pelos critérios das denominadas “áreas duras da ciência”, sem atentar-se para as especificidades de cada uma. Acrescenta-se a essa preocupação a necessidade de superar práticas que valorizam a produção científica orientada pelo “praticismo”, ou seja, para o que é útil e funcional num determinado momento histórico.

Impactos sobre a saúde do professor: o sofrimento

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Há diversos estudos e pesquisas que se voltam para o debate referente à relação entre trabalho e saúde. Entre os autores pesquisados destacam-se: Codo (1999), Nunes (1999), Oliveira e Assunção (2009), Sguissardi e Silva Jr. (2009). Ao longo da história, podemos observar que a organização do trabalho passou por diferentes abordagens, as quais levaram os trabalhadores a diferentes formas de respostas. Situações de sofrimento físico ou psíquico foram sendo criadas, paulatinamente, dada a pressão do modelo de gestão ao qual o trabalhador esteve submetido no seu ambiente de trabalho ou no prolongamento dele.

No estudo de Oliveira e Assunção (2009) ao partirem do cotidiano de escolas (educação básica) da rede pública para explicar como a intensificação das atividades docentes tem repercutido na saúde dos professores mostraram que os adoecimentos vão desde cansaço e esgotamento físico até transtornos psiquiátricos.

No ensino superior não é muito diferente. Constatamos, no depoimento de um professor que a sobrecarga de trabalho, além de provocar o desgaste físico, mostra, paralelamente, um sentimento de culpa por não conseguir alcançar as metas de publicações exigidas pela atual política de avaliação.

Estou debaixo de antidepressivo, acho que isso é um dado. É muita angústia, é aquela sensação de frio na barriga o tempo todo, de que parece que você está sempre deixando alguma coisa para trás, você está sempre atrasado, é muita ansiedade, uma sensação de que qualquer parada que você dá, você está perdendo tempo. Agora, o que me angustia muito é eu não publicar, não conseguir tempo para fazer pesquisa, não conseguir tempo para publicar (PB, 2010).

O reflexo dessa culpa, ao que nos mostra a literatura, se somatiza a outros elementos e tende a ampliar as predisposições aos adoecimentos.

Ao retomarmos os depoimentos que foram colhidos dos professores, percebemos vários casos em que o professor encontrava-se diante de situações de sofrimento ou adoecimento, motivados, resguardando-se as particularidades de cada um, sempre pela dinâmica intensa de trabalho ou acúmulo de atividades que se relacionavam geralmente às atividades de pesquisa por estas estenderem-se por um tempo interminável, como também, às pressões por divulgá-las.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Outro professor prestes a se aposentar tenta alertar: “*Eu quero conseguir sobreviver, eu não quero fazer que nem um monte de gente que volta (ao trabalho) e fica até a compulsória, sabe, de repente enfarta aqui e ganha um câncer aqui*”. Esse mesmo professor, ciente das razões geradoras de sofrimento na sua atividade profissional, revela sua indignação pelas condições de trabalho precarizadas que lhe subtraíram parte do tempo reservado à família. Revela também um sofrimento incomensurável pela situação que viveu com a perda de um ente querido “*eu fiquei muito revoltada com o meu trabalho por ter me tirado o último mês de vida do meu pai*”.

A paráfrase acima, contida num dos depoimentos, aproxima-se do que se entende pela categoria marxiana *estranhamento*, sobre a qual Silva Júnior e Silva (2010) discutiram em denso artigo. Numa cultura acadêmica orientada pelas pesquisas de resultados, pela cultura do desempenho, aplicados para a valoração do capital, não há nem mesmo atestado de óbito que possa fazer a racionalidade do sistema, engendrado nas práticas universitárias, entender que o professor é antes de tudo um ser humano e que, portanto, seu sofrimento pela morte de algum ente familiar não está sendo levado em conta na sua própria prática social.

Para Marx (1964), nesta sociedade capitalista, os produtos do trabalho e o próprio processo de trabalho mostram-se como uma atividade ou um objeto estranho ao trabalhador. Tem-se a desrealização do trabalhador. Se a atividade de trabalho lhe é estranha, os resultados a que dela provêm ser-lhe-ão alheios. Isso significa que o trabalhador, nesse modo de produção, não reconhece o trabalho como parte de sua humanização, ao contrário, vê no trabalho a sua desumanização.

No depoimento de outro entrevistado, o cotidiano quando orientado pelo tempo econômico impele o indivíduo a consumir toda sua energia numa rotina que já se encontra alienada. Outro depoimento mostra que “*você vive pra dar conta de fazer. (...) você acaba prejudicando sua saúde. Gastrite nervosa? Já devo ter “das altas”!* Sob esta situação, a preocupação com a saúde já está presente, no entanto, o tempo despendido para o trabalho impede o indivíduo de se cuidar ou se prevenir.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

As relações impostas pela sociedade capitalista contemporânea, ao intensificar e flexibilizar o trabalho, evidenciam que as condições objetivas para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa na universidade pública encontram-se atreladas a processos sociais de valoração do capital que, ao invés de contribuir para a emancipação do homem pela apropriação da cultura produzida historicamente através do trabalho, acabam por engendrar a negação da essência humana em virtude de atividades orientadas por práticas que privilegiam ações individualizadas e competitivas entre os pares.

Tal situação está representada pelos obstáculos sociais, criados e intensificados pelo próprio homem no atual contexto. A essência humana passa a ser negada pela sociabilidade vigente. Portanto, quando nos referimos ao estranhamento do professor nas suas atividades de produção científica na universidade ou fora dela, estamos dizendo que esta produção é estranha ao sujeito porque ele está imerso em uma sociabilidade já estranha (ANTUNES, 1998).

As consequências da desumanidade gerada pelas condições objetivas da sociabilidade contemporânea colocam em desequilíbrio o cotidiano dos indivíduos, levando-os a situações destituídas de humanidade em relação a si mesmas. Dizia outro sujeito, “*você sabe quantos quilos eu engordei? Cerca de dez quilos (...) porque eu não tenho tempo de fazer uma alimentação adequada*”. Os reflexos desse estranhamento podem, aparentemente, ser visualizados em pequenas alterações no ambiente de trabalho ou mesmo na aparência física do sujeito, mas que, na realidade, já existe nesta sociabilidade que desconsidera a vida humana em sua plenitude (ANTUNES, 1998).

Ainda que seja um processo complexo para se compreender num cotidiano alienado como é o da sociedade contemporânea, algumas revelações mostram-nos que a essência humana é desconsiderada diante da competitividade, do individualismo e da tentativa de sobrevivência nesse meio. Contudo, as denúncias ecoam latentes na vida de quem, diariamente, convive com as pressões e resiste, ou pelo menos tenta resistir. Outro professor diz:

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

“Eu não tenho como competir com uma publicação de quem faz uma equipe de cinco ou seis pessoas e que usa desses instrumentos que o mercado tanto beneficia, tanto incentiva, independentemente da qualidade do que se produz (PC, 2010)”.

A contradição em que vive o professor sob a pressão pela publicação em decorrência do seu trabalho, reflete em sua saúde. Apesar de dizer que *“eu não tenho como competir”*, ele carrega na esfera da vida privada as pressões e os valores que a sociedade produz.

Tais pressões o forçam a uma situação de angústia e preocupação e neste caso o estresse parece naturalizar-se em seu cotidiano, dando-lhe a sensação de interterminalidade; a objetividade presente na fala de outro professor ao dizer *“o que me angustia muito é eu não publicar”* se põe como sua prática diária, porque as pressões exercidas pelas orientações da sua instituição de trabalho mostram-se um polo latente a interferir em sua rotina, neste caso, afetando sua saúde e causando sofrimento. Situações como essas citadas acima retratam, não sem contradições, a perda do prazer no trabalho do professor universitário.

O professor defronta-se com várias atividades extras, em que a dinâmica acadêmica o leva a intensificar o seu trabalho de forma que sua atividade não se lhe mostra mais prazerosa e sim penosa e angustiante. Segundo Sguissardi e Silva Jr. (2009):

Os professores da educação superior, além de não buscarem os serviços médicos nas instituições onde trabalham e o fazerem da forma mais privada possível, buscam justificar suas faltas ao trabalho com razões distintas das que de fato motivaram sua ausência. Dificilmente um professor-pesquisador dirá ter faltado por estar de profunda depressão (SGUISSARDI E SILVA JR., 2009, p.241).

As condições precárias de trabalho na universidade passam a naturalizar ocorrências como: substituição de colegas para cobrir a falta de contratação de professores; correções de provas e trabalhos, e mesmo o planejamento das aulas, que se estendem para fora dos departamentos e salas de permanência e passam a ser realizadas durante o tempo livre do docente, nos finais de semana ou mesmo dentro do ônibus a caminho de casa ou do trabalho.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Enfim, essa situação faz com que os professores, nesse ritmo, percam o horizonte da racionalidade e passem a naturalizar as condições que os fazem agir irracionalmente, com consequências dolorosas, muitas vezes já pressentidas.

Navarro (2006) alerta-nos que a ideia da flexibilização tende a naturalizar ainda mais os processos de intensificação do trabalho. Segundo a autora,

O trabalhador ideal do ponto de vista do capital deve ser polivalente e flexível e, além disso, deve se dispor a levar o trabalho para ser realizado em sua própria casa. Tal trabalho flexível, segundo a ideologia dominante, possibilita ao trabalhador mais liberdade para administrar seu tempo, para moldar sua vida (NAVARRO, 2006, p.72).

Dentre os trabalhos consultados, o de Reis (2006), sob o título “*Docência e exaustão emocional*”, retrata os reflexos na saúde do docente em vista da ampliação de trabalho no espaço de uma escola pública da rede municipal, onde 70,1% das queixas são por cansaço mental e 49,2% por problemas relacionados ao sistema nervoso. Essa pesquisa concluiu que os professores, em consequência de altas exigências, tendem a somatizar os problemas de saúde mais do que aqueles professores cuja atividade é de baixa exigência e pressão.

No âmbito da universidade pública, especialmente em programas institucionais voltados para a produção de pesquisas, essa realidade é semelhante, visto que as exigências burocráticas e de produção científica parecem iniciar-se precocemente na graduação e tende a ser acrescida nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

As pressões vivenciadas na graduação, ainda que incipientes em relação à pós-graduação *stricto sensu*, levam os sujeitos a uma tensão que se mostra constante e que atinge não só a organização do trabalho de pesquisa dentro da universidade como também se estende para outras esferas do cotidiano desencadeando distúrbios físicos e psíquicos.

Esses distúrbios, na maioria das vezes, são psicossomáticos. A falta de tempo para uma alimentação balanceada associada às dificuldades para realizar atividades físicas, por professores que atuam na graduação e na pós-graduação, são fatores que,

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

comprovadamente, levam a problemas cardíacos e acidentes vasculares cerebrais, conforme concluiu Santana em um estudo realizado em 2011. No estudo o autor diagnosticou que:

Quanto maior foram o número de produção científica e o número de orientandos em média por ano, maiores foram as ocorrências médias de intervenções cardíacas, doenças coronarianas e os acidentes vasculares cerebrais (hemorrágico e isquêmico) em docentes de pós-graduação, principalmente, pela falta de dieta equilibrada e balanceada, de atividades físicas supervisionadas regularmente, e visitas médicas frequentes, justificados pela excessiva carga horária fora do expediente, para se manter os indicadores de qualidade dos cursos de pós-graduação e de seus currículos atualizados (SANTANA, 2011, p. 225).

Um dos problemas de saúde mais comuns, presente nos depoimentos dos entrevistados e que atinge os professores, é o estresse e a depressão. O que se pode perceber é que o desgaste provocado pelos condicionantes externos que o professor mantém em seu trabalho tem repercussões também sobre os alunos. A relação entre professor e aluno sofre cada vez mais pelo reduzido tempo e pelas exigências do setor produtivo empresarial, o que nos leva a concordar com Silva Júnior e Silva (2010), quando dissertam sobre a pressão entre professores envolvidos com pesquisa nas universidades federais. Para os autores:

Acirra-se a pressão sobre eles, sobre seus orientandos no doutorado, no mestrado e na iniciação científica e também sobre a própria coordenação, além de propiciar uma caça às bruxas interna aos programas, segundo uma racionalidade que interfere negativamente na formação do pós-graduando. O estresse, assim, é produto de uma configuração socioinstitucional no qual a pressão atinge a todos (SILVA JR; SILVA, 2010, p. 236).

Mais do que os sintomas de um estresse, o mal-estar que atinge os professores na universidade pública reformada, revela que as políticas reguladoras da produção científica tendem a intensificar-se, com graves repercussões para aqueles que dedicam a maior parte do tempo na universidade para as atividades de pesquisa. As práticas alienadas e alienantes que mobilizam os sujeitos a buscar a melhoria do currículo *lattes* tornam-se naturalizadas no processo de intensificação do trabalho, sem que os sujeitos percebam tal condição.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

As consequências são de toda ordem. Com relação à saúde, elas geralmente materializam-se em doenças e distúrbios como: depressão, síndrome do pânico, estresse e alcoolismo que, já apresentaram comprovada relação com as condições precarizadas e intensificadas de trabalho, conforme os estudos divulgados por Santana (2011) e Lima e Lima Filho (2009).

A prevenção de doenças em professores não é uma tarefa solitária deste, mas exige uma ação coletiva. As reflexões e ações geradas devem visar a busca de alternativas para possíveis modificações, não só na esfera microssocial de seu trabalho e de suas relações interpessoais, mas também no âmbito macro-organizacional que determinam aspectos constituintes da cultura organizacional e social (LIMA; LIMA FILHO, 2009, p. 79).

Considerações Finais

Os resultados desse estudo através das entrevistas realizadas com professores, mostra como esses profissionais responderam às novas formas de condução do trabalho na universidade, como também o quanto a intensificação de suas atividades vêm favorecendo o aparecimento e a ampliação de doenças físico-mentais. A análise dos depoimentos demonstrou a princípio que, o trabalho na universidade pública como qualquer outra atividade laboral quando intensificado seu ritmo, traz sérias consequências para a saúde do trabalhador.

Foi-nos possível perceber que, além dos interesses pessoais subjetivos, há também conformação e consentimentos em relação à consolidação de uma nova prática que induz ao produtivismo iniciado desde a graduação. O grau de consentimento vai, em grande parte, determinar o grau de sofrimento dos sujeitos pelas pressões que sobre eles pesarem, como também a forma de resistência que encontrarem para a superação de tal condição.

A conformação a essa tendência, entre outros desdobramentos, traz consequências danosas para as relações de trabalho dos indivíduos na universidade, para as suas relações familiares, para o tempo livre, para a saúde e para a produção de conhecimento. A área considerada a mais atingida em todos os depoimentos, é a da saúde, em decorrência da

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

pressão e tensão em que vivem na universidade, aqueles sujeitos envolvidos com projetos de pesquisa, especialmente os financiados pelas agências de fomento.

Com base também, nos trabalhos e pesquisas consultadas, podemos afirmar que o desgaste da saúde do professor na universidade pública em razão do tempo prolongado de dedicação ou extensão do trabalho para outras esferas do cotidiano sem perspectiva para um tempo socialmente livre, revela não somente um estado de sofrimento interminável, mas também a gradativa redução do seu tempo de vida. Sob esse ponto de vista, concluímos que a prevenção de doenças físico-mentais não pode ser uma tarefa individualizada, mas uma ação conjunta, cujas reflexões e ações preventivas possam ultrapassar a esfera interna do trabalho e estender-se para o âmbito político-social que determinam e orientam as relações de trabalho.

Referências

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. In: **Educação e Sociedade**. [online]. 2009, vol.30, n.107, pp. 349-372.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 24, 2003.
- CODO, W. **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- LIMA, M.de F. E. M.; LIMA-FILHO, D. de O.. **Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a**. Ciências & Cognição, v. 14 (3), 2009.
- MANCEBO, D.; MAUÉS, O.; CHAVES, V. L. J. Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. **EDUCAR**, Curitiba, n.28, p.37-53. Editora UFPR, 2006.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 13 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

MARX, K.. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Edições 70. Tradução de Artur Morão, 1964.

NAVARRO, V. Trabalho, saúde e tempo livre sob os domínios do capital. In: PADILHA, V.(org.) **Dialética do lazer**. São Paulo, 2006.

OTRANTO, C.R. **A reforma da educação superior do governo Lula da Silva**: da inspiração à implantação. Trabalho apresentado na 29ª ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), Caxambu/MG, out/2006.

REIS, E. J. F. B. dos et al. **Docência e exaustão emocional**. Educ. Soc. [online]. 2006, vol.27, n.94, p. 229-253.

SANTANA, O. A.. Docentes de pós-graduação: grupo de risco de doenças cardiovasculares. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 219-226, 2011.

SANTOS, L. L. de C. P. formação de professores na cultura do desempenho. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1145-1157, Set./Dez., 2004.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. **O trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SILVA, E. P. Estranhamento e Desumanização nas Relações de Trabalho na Instituição Universitária Pública. In: **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, número especial, p.223-238,ago.2010 -ISSN: 1676-2584.